

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos vinte e nove dias mês de setembro do ano de dois mil e dezoito às oito horas e quarenta e cinco minutos no plenário da Câmara Municipal de Seropédica, sito a Avenida Ministro Fernando Costa, 754 - Centro - Seropédica, sob a Presidência do Vereador José Celso da Costa em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Com a finalidade da apresentação do relatório do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e dezoito para atender a todos os quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A abertura da referida audiência fora realizada pelo Controlador Geral do Município, Sr. Paulo Fabiano Azevedo dos Santos, o qual expôs aos presentes que com o propósito de transparência, será disponibilizada uma listagem de presença com o intuito de colher a assinatura dos presentes. O mesmo informou também que a referida o aviso da audiência foi publicada em cumprimento as normas vigentes. Estiveram presentes: o Controlador Geral da Câmara de Vereadores Sr. Djalma Ernesto de Oliveira e o Controlador Adjunto do Poder Executivo Sr. Fernando Raniery Dias Bezerra, o qual realizará a apresentação dos relatórios. Fizeram-se presentes também os demais funcionários da Controladoria Geral do Município, sendo elas: Priscila de Andrade Macedo, Gisele Justino de Souza e Viviane Ribeiro dos Santos, assim como alguns munícipes. O Controlador Paulo Fabiano expôs que foi elaborado um relatório e que ao longo deste documento, procurará oferecer melhor compreensão dos quadros demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) referentes ao segundo quadrimestre de dois mil e dezoito. Em prosseguimento a palavra foi passada ao Sr. Fernando Raniery, o qual cumprimentou todos os presentes, iniciando a apresentação dos dados esclarecendo que os mesmos serão tratados de forma bem resumida para a clareza e objetividade da apresentação. O primeiro quadro retrata a execução orçamentária da receita do segundo quadrimestre de dois mil e dezoito, onde os dados informados estão na casa de milhares e correspondem ao período de execução de janeiro a agosto do corrente de forma acumulada. Na execução da receita existe uma previsão na ordem R\$ 253.556,00 (duzentos e cinqüenta e três milhões e quinhentos e cinqüenta e seis mil) e a execução ao longo desse período atingiu o montante de R\$ 151.541,700 (cento e cinqüenta e um milhões quinhentos e quarenta e um mil e setecentos), onde podemos dividir em receitas correntes, que foi na ordem de R\$ 147.401,00 (cento e quarenta e sete milhões e quatrocentos e um mil) e receitas intra-orçamentárias que foi na ordem de R\$ 4.140,00 (quatro milhões e cento e quarenta mil) atingindo um montante de

59,77% do total previsto para o exercício. No quadro dois observamos de forma mais detalhada a composição das receitas arrecadadas até o segundo quadrimestre de dois mil e dezoito. Como já foi mencionada, a arrecadação corresponde apenas a receitas correntes, que é composta por receitas tributárias e de contribuição, receitas patrimoniais, transferências correntes e outras receitas. Podemos observar que a maior parte da arrecadação do município são as transferências correntes na ordem de R\$ 122.871,00 (cento e vinte e dois milhões e oitocentos e setenta e um mil) e em segundo lugar, estão as receitas arrecadadas localmente, que são as receitas tributárias, na ordem de R\$ 17.384.000,00 (dezessete milhões e trezentos e oitenta e quatro mil). Podemos observar no quadro dois que o município é totalmente dependente das transferências constitucionais e legais que são repassadas ao município e parte da receita que é arrecadada localmente corresponde a 11,47%. Uma vez observada, a execução da receita, podemos observar no gráfico como se dá a distribuição das receitas, sendo a maior fatia, correspondente a transferências correntes, como foi mencionado anteriormente. Uma vez que abordada a execução da receita, passamos para os dados da execução da despesa até o segundo quadrimestre de dois mil e dezoito. O Controlador geral solicita a palavra e esclarece que por uma questão de ordem, os questionamentos serão realizados ao final das exposições, onde serão distribuídas fichas de perguntas para serem preenchidas pelos presentes e encaminhada à mesa para que seja retornado ao ponto de questionamento com o objetivo de melhores esclarecimentos e transparência. O expositor conduz a audiência, dando prosseguimento à abordagem dos dados no quadro três, onde temos a apresentação da despesa orçamentária ao longo do exercício até o mês de agosto de dois mil e dezoito, onde a previsão da despesa ficou na ordem de R\$ 253.556.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões quinhentos e cinquenta e seis mil) e a execução na ordem de R\$ 117.315.000,00 (cento e dezessete milhões e trezentos e quinze mil), onde esse montante, correspondendo a 46,22% do total previsto para a previsão e fixação da despesa. No quadro quatro, observamos de forma mais detalhada, a composição das despesas correntes: Despesa de pessoal em cargos na ordem de R\$ 90.844.000,00 (noventa milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil) e outras despesas correntes na ordem de R\$ 24.484.000,00 (vinte e quatro milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil). Total de despesas de capital, na ordem de R\$ 1.839.000,00 (um milhão e oitocentos e trinta e nove mil), totalizando R\$ 117.315.000,00 (cento e dezessete milhões e trezentos e quinze mil). No gráfico a seguir, podemos observar a composição de distribuição dos gastos relacionado a pessoal e encargos sociais na ordem de 67%, outras despesas correntes na ordem de 21%. No quadro cinco, são indicadas as aplicações dos recursos por função de governo por ordem de gastos, sendo: educação, na ordem de R\$ 53.440,00 (cinquenta e três milhões quatrocentos e quarenta mil), a

função de governo administração, na ordem de R\$ 23.558.000,00 (vinte e três milhões quinhentos e cinquenta e oito), a função de governo saúde, na ordem de R\$ 19.120.000,00 (dezenove milhões e cento e vinte mil). Na seqüência temos a previdência social, a função legislativa, urbanismo, assim por diante, totalizando R\$ 167.315.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e trezentos e quinze mil) . No que faz referência a composição do resultado orçamentário, que é o cálculo entre o resultado da receita e da despesa, chegamos ao resultado orçamentário na ordem de R\$ 30.232.000,00 (trinta milhões e duzentos e trinta e dois mil), sendo um superávit que foi atingido nesse primeiro quadrimestre, houve uma economia na ordem de R\$ 30.232,00 o gasto da receita de capital ao longo desse período. No gráfico a seguir, podemos observar esse resultado orçamentário indicando que o saldo foi positivo, havendo então uma economia durante esse período. Em continuidade a apresentação dos dados, abordamos a seguir os dados referentes a gasto de pessoal, lembrando que os dados apresentados fazem referência ao período de maio de dois mil e dezessete até agosto do corrente, sendo o período acumulado, conforme as regras da LRF. A receita corrente líquida foi na ordem de R\$ 216.098,00 (duzentos e dezesseis milhões e noventa e oito). O total de despesas com pessoal registrado contabilmente foi de R\$ 123.826.000,00 (cento e vinte e três milhões e oitocentos e vinte e seis mil) e o índice de pessoal atingindo o limite legal deveria corresponde a R\$ 116.693.000,00 (cento e dezesseis mil e seiscentos e noventa e três) e o limite prudencial de R\$ 110.858.000,00 e o índice atingido foi na ordem de 57,30%. Tal informação se deu pelo seguinte fato: o gasto de pessoal desde o final de dois mil e dezessete até a presente data foi incluído nas despesas de pessoal referentes ao Plano de Cargos e Salários (PCCs) que foi assinado na gestão passada, no exercício de dois mil e dezesseis, foi por determinação judicial e, além disso, foi incluído na folha de pagamento os gastos que eram custeados no município através de uma cooperativa, o qual não entrava no índice. Foi eliminada a cooperativa e parte da folha foi incorporada a folha de pagamento da prefeitura o que afetou consideravelmente o gasto de pessoal ao longo desse período, porém além desse aspecto, o valor correspondente aos PCCS que está sendo pago de forma parcelada, o que o município não havia arcado no exercício de 2016 e 2017, está sendo registrado como vencimentos e vantagens fixas, porém por ser sentença judicial, não deveria entrar no índice da folha de pagamento, deveria ser então expurgado. Se considerarmos o montante que foi pago até agosto de dois mil e dezoito, fica na ordem de R\$ 3.134.555,72 (três milhões cento e trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos, o índice efetivo que o município se encontra atualmente, fica na ordem de 55,85%, fica abaixo do índice mencionado anteriormente, porém ainda acima do índice legal, onde a administração tem buscado meios para tentar regularizar esse aspecto e baixar o gasto com a folha de pagamento para tentar atingir, até o final do exercício, o

limite legal. Uma vez abordado esse aspecto, daremos continuidade com o resultado primário. No quadro oito, podemos observar o resultado primário que foi atingido até o segundo quadrimestre de dois mil e dezoito, onde este resultado corresponde a diferença entre receitas e despesas não financeiras, isto é, não são consideradas as aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos, alienação de bens, juros e encargos da dívida, concessão de empréstimos e amortização da dívida. O resultado primário atingido foi de R\$ 34.229.000,00 até o segundo quadrimestre de 2018, foi atingido um superávit primário ao longo desse período, indicando então que as finanças públicas nesse primeiro período, estão respeitando os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O controlador Fabiano solicita a palavra e anuncia a chegada do presidente da Comissão de Orçamento e Finança da Câmara Municipal, o então vereador Hugo do Canto, comunicando o que havia sido publicado, o horário de início as oito horas e trinta minutos, sendo considerados quinze minutos de tolerância, tendo iniciado as oito horas e quarenta e cinco minutos. Constando no momento, nove horas e oito minutos, onde foi dado andamento, esclarecendo-se então, o motivo para o feito, agradecendo a presença do mesmo na referida audiência, esclarecendo que o Controlador Geral da Câmara se fez presente desde o início da sessão. Dando continuidade a apresentação dos dados, chegou-se ao tópico quatro, que faz referência ao gasto com a educação no Município. Podemos observar a exposição de parte do relatório resumido de execução orçamentária (RRO), o anexo oito, que trata exatamente sobre o demonstrativo de receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Foram expostos no quadro, os montantes gastos especificadamente com recursos resultantes de impostos e gastos do Fundeb, com o magistério. Em relação aos recursos do Fundeb. Foram atingidos 87,45% da aplicação dos recursos do Fundeb com a remuneração do magistério, o que corresponde a R\$ 33.008.000,00 (trinta e três milhões e oito mil reais) investidos no magistério do Ensino Fundamental. Os gastos com recursos próprios investidos na manutenção e desenvolvimento do ensino: foi na ordem de R\$ 24.838.000,00 (vinte e quatro milhões e oitocentos e trinta e oito mil), correspondentes a 30,19%, lembrando que o índice mínimo a ser aplicado seria na ordem de 25%, tendo ultrapassado até esse período 5,19% de gastos com recursos próprios na educação. Na abordagem ao tópico cinco, que correspondem aos gastos com saúde, sendo estes de R\$ 13.475.000,00 (treze milhões quatrocentos e setenta e cinco mil), equivalentes a 16,38% os impostos e transferências constitucionais legais, lembrando que o índice mínimo de aplicação na saúde é de 15%, tendo ultrapassado até o segundo quadrimestre 1,38% do limite mínimo. A apresentação dos dados foi encerrada, onde estes relatórios traduzem os resultados apurados nos anexos do relatório resumido de execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal relativos ao segundo quadrimestre de

dois mil e dezoito, além dos demonstrativos contábeis do poder executivo do município. Tais informações indicam os ditames da lei de responsabilidade fiscal e estão sendo observados pelo município. Ao finalizar a exposição dos dados, foi passada a palavra ao Controlador Geral Paulo Fabiano, o qual comunicou aos presentes sobre a elaboração dos questionários, onde serão esclarecidas as perguntas encaminhadas a mesa. Onde retornaremos a parte do relatório referente à pergunta com o objetivo de dar transparência à audiência. O Controlador aguarda o encaminhamento das perguntas até a mesa, onde os munícipes que encontram-se na plenária estão formulando-as. O Controlador solicita ao representante do legislativo e presidente da comissão de planejamento e orçamento da câmara municipal que os questionamentos sejam feitos no papel por uma questão de paridade e equidade com todos os presentes, onde menciona que seguiremos nessa ordem. O vereador Hugo questiona o Controlador sobre sua representação, o mesmo se apresenta e menciona o vereador ter chegado atrasado, onde se iniciaram discussões calorosas entre ambas as partes. Ao ser retomada a ordem dos trabalhos, o Controlador Geral Fabiano, o qual esta presidindo a audiência, solicita que por uma questão de ordem e de transparência, para que fique bem claro aos presentes, esclarecendo estar realizando uma audiência pública a qual foi devidamente publicada e os relatórios encaminhado para o poder legislativo municipal, pediu ao vereador que por uma questão de ordem, que apenas respeite, pois são técnicos que trabalham no município assim como o vereador e estão ali devotados a prestarem informações ao povo da cidade. Que o vereador chegou atrasado e está transformando o trabalho técnico em trabalho político. Esclarece que foi feito um ofício encaminhado ao poder legislativo, solicitando a cessão da plenária da câmara municipal para o poder executivo municipal, em atendimento a lei de responsabilidade fiscal, para realizar uma audiência pública, sendo o ofício acatado pela presidência e mesa diretora e bem atendido pela presidência da Câmara e pela mesa diretora, o qual foi bem atendido, onde o controlador presta seu agradecimento aos mesmos. Foi solicitado ao poder executivo que cumprisse os horários em atendimento aos servidores que estariam devotados no sábado para atender o executivo. Foi estabelecida uma linha de trabalho clara e transparente de modo que não viesse a prejudicar o público presente e os servidores da Câmara Municipal. Foi estabelecida uma ordem dos trabalhos no início, onde estes foram iniciados com a presença do povo presente, de alguns servidores e representando o legislativo, o Controlador Geral da Câmara, para que fique claro aos presentes, recebemos as nove horas e oito minutos o Presidente da Comissão de Orçamento, Vereador Hugo do Canto, onde diz acreditar que o vereador por não receber as informações iniciais, cometeu um equívoco no proceder, quis a mesa chamar ordem e informar ao vereador que em momento algum sua palavra será cerceada, contudo, há de se respeitar o povo e a

ordem dos trabalhos da mesa. Iniciando a ordem dos trabalhos, havia um escrito, onde acredita que o vereador por ter compreensão técnica, poderá ajudar a mesa não só no esclarecimento, assim como no embasamento da pergunta, porém não podemos perguntar na frente do povo. Ao ser questionado pelo vereador sobre a sua representação, o meu mesmo informou seu nome e matrícula, solicitando ao vereador que sejas breves, porque caso fique confuso novamente, haverá necessidade de interrupção. Foi solicitada a palavra pelo Controlador do poder legislativo Sr. Djalma, o qual esclarece aos representantes do executivo, que apesar de ter cedido a casa para a audiência pública, que por ordem regimental, o vereador foi eleito pelo povo e que o mesmo tem o direito de fiscalizar e representar o povo. Que sugere que deixe os munícipes falarem primeiro e após, os componentes da mesa e que não vê necessidade dos componentes da mesa preencherem o documento para fazer perguntas, pelo fato do mesmo ser controlador, ocupante de um cargo técnico e o vereador, um fiscalizador. Solicitou que abrandássemos os ânimos e que os munícipes que fizeram suas perguntas, terão seu direito de falar, assim como suas respostas. Que no final o vereador assim como o controlador fará suas perguntas. Anuncia-se a presença do então Vereador Lucas. Retomando a presidência da audiência pública, o Controlador Geral do executivo diz ao Controlador Geral do Legislativo que suas considerações são registradas, porém esclarece ao mesmo não estarem em uma sessão legislativa, embora estejamos na Câmara, que é a casa do povo, estamos em uma apresentação técnica, cumprindo uma exigência da LRF, onde em função disso, foi solicitado a disposição da plenária da Câmara, a qual foi dada oficialmente, onde iremos respeitar, assim como todos os edis que se fizeram presentes, mas que por uma questão de ordem, a audiência foi organizada dessa maneira, onde diz ser esta uma questão técnica e não política. Por uma questão de ordem, a audiência foi organizada de maneira em que a palavra será dada a todos os presentes, com as perguntas escritas, por ser uma questão técnica e não política, como não é uma sessão legislativa, onde não será para votação, e sim para prestar esclarecimentos, as palavras são dadas a tempo, conforme organizado, onde estaríamos desrespeitando o interesse público cumprido no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil que em primeiro lugar reza o nosso povo, ainda que os fiscais se façam presentes, ainda segundo o artigo 37 da constituição, o princípio é da formalidade, então não podemos descumprir o princípio da formalidade. O Controlador retoma os trabalhos, onde destaca a presença do Vereador Professor Lucas, onde solicita uma pergunta a parte, o Controlador explica ao mesmo que por esta não ser uma sessão, não tem essa questão de pergunta a parte, solicitando então a compreensão do mesmo. O vereador professor Lucas pergunta o nome do Controlador e pergunta ser esta a primeira audiência que o mesmo participa, onde diz lembrar-se do mesmo em uma audiência do legislativo.

Iniciaram-se discussões entre ambos, onde o vereador diz não admitir vir um membro do executivo dizer o que ele tem que fazer e solicita uma cópia da audiência. O Controlador destaca que a partir do presente momento que a audiência pública passa a ser monitorada por vídeo, retomando então uma parte inicial do trabalho, embora já tenha sido feita a apresentação do relatório que se iniciou às oito horas e quarenta e cinco minutos. Destacando serem nove horas e trinta e três minutos e que foi encerrada a apresentação, sendo iniciada a fase de questionamento, os vereadores que chegaram atrasados não acompanharam os trabalhos, cometeram alguns equívocos e como está sendo mostrado no vídeo, está cometendo alguns excessos. Foi feito um ofício ao legislativo solicitando a presidência da Câmara que colocasse a disposição a plenária para que fosse realizada a Audiência Pública para a apresentação do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais e dos limites estabelecidos na LRF do segundo quadrimestre de 2018. A sessão foi oficialmente aberta às oito horas e quarenta e cinco minutos com a presença do Sr. Controlador Geral da Câmara Municipal. Foi esclarecido e direcionado que em detrimento a respeito dos servidores dessa câmara pelo Sr. Controlador, as perguntas fossem feitas de forma escrita. Foi direcionado dessa maneira e assim conduzido. Ao fim da apresentação dos relatórios, será dado início as perguntas que ainda não se iniciaram em função das interrupções, vamos estar respeitando todos os edis que se fazem presentes, principalmente o edil que representa a presidência da comissão de fiscalização de orçamento. Vamos respeitar todas as fases, contudo precisamos seguir o que diz a LRF, sendo esta uma audiência pública de cunho técnico e não político aonde o objetivo é cumprir a LRF e fazer os apontamentos e ponderamentos, os esclarecimentos pertinentes ao relatório de avaliação e cumprimento das metas fiscais cumprindo os limites estabelecidos pela LRF do segundo quadrimestre de 2018 e é isso que nos compete trabalhar. Qualquer assunto que eventualmente saia dessa questão estará tirando o direcionamento da pauta, não sendo dado seguimento as questões que fujam a pauta. Foram apresentadas algumas questões onde serão iniciadas, deixando claro que não daremos seguimentos a questões que fujam da pauta, onde destaca terem sido encaminhadas a mesa três perguntas do Sr. Hugo Lopes e depois as perguntas do Sr. Thiago Peixoto. O Controlador pergunta se existe mais alguém na assembléia da audiência pública que manifeste interesse em fazer mais algum questionamento? Em seguida passaremos para o questionamento feito pelo Sr. Vereador, onde solicita encarecidamente por questões de ordem técnica que as perguntas se limitem ao trabalho que foi apresentado. O vereador Hugo questiona ao controlador que o mesmo como advogado vai limitar pergunta ao vereador, sendo este fiscalizador? Iniciam-se as perguntas realizadas pelos populares presentes, sendo a pergunta inicial do Professor Hugo Lopes, representante do SEPE que diz: do terceiro quadrimestre de

2017 para o segundo quadrimestre de 2018, o gasto com pessoal aumentou vinte e um milhões, onde já foi informado que trinta e um milhões dizem respeito ao retroativo do Plano de carreira da Educação. E os outros oito milhões? É possível detalhá-los? O Controlador Adjunto Fernando respondeu que do terceiro quadrimestre de 2017 até o segundo quadrimestre de 2018, houve sim um aumento de gasto de pessoal que não se deu simplesmente pelos PCCS (Plano de Cargos e Salários) que foram implementados como abordado durante a apresentação de gastos de pessoal. Foram incluídas outras despesas de pessoal, como despesas nas áreas de saúde e educação que foram incorporadas para dentro da folha de pagamento, despesas que eram custeadas anteriormente através de uma cooperativa, de uma terceirização de mão de obra, onde foi extinta a sua contratação, sendo a maior parte desse montante referente a gastos junto com algumas outras contratações na área de educação e mais o Plano de Cargos e Salários (PCCS) que foram implementados. Os três milhões que foram mencionados, foram referentes apenas ao saldo que foi parcelado que não havia sido pago durante esse período, onde esse montante não corresponde simplesmente ao Plano de Cargos e Salários (PCCS). A segunda pergunta foi realizada também pelo Sr. Hugo Lopes. Há terceirização de mão de obra na prefeitura? O técnico Fernando responde que na atual data não há terceirização de mão de obra. A Próxima pergunta do Sr. Hugo Lopes representante do Sepe é: Porque não é mais possível consultar os vencimentos dos servidores no portal de transparência? O técnico responde que o questionamento não diz respeito aos dados que estão sendo discutidos na presente audiência pública, sendo a pergunta de cunho técnico relacionada à Secretaria de Administração, sendo o questionamento encaminhado a Secretaria responsável para verificar se tem alguma falha no site para poder corrigir. Informou que a solicitação será feita aos técnicos relacionados à folha e que a informação específica ao funcionamento do site, não está sendo abordada nessa audiência pública, porém, o questionamento será repassado ao setor responsável, onde o técnico agradece ao Sr. Hugo por trazer atenção ao aspecto mencionado. A pergunta referente à lei orçamentária foi esclarecida da seguinte forma: Quando foi feita a proposta da lei orçamentária, esta não havia sido feita em acordo com a decisão judicial, não existia previsão de sentenças judiciais para esse montante, esse valor expressivo que está sendo custeado. Para se cumprir a ordem judicial, está sendo realizado o pagamento de dentro de pagamentos e vantagens fixas de pessoa civil, não deixando de ser registrado como despesa de pessoal, porém, para fins de demonstrativos da LRF, tendo que refletir exatamente o que está no sistema contábil, onde não foi possível expurgar isso do relatório que é publicado, por este fato, a informação é tratada de forma segregada, com quadros extra contábeis com o que foi apresentado, por isso ainda se mantém dessa forma. O técnico informa que a

equipe esta verificando a possibilidade de reajustar essa escrituração contábil, porém é necessário que se respeite diversas regras, inclusive o que foi estabelecido na Lei orçamentária. Diz que na época não foi possível fazer e que hoje é o nosso quadro e que estão trabalhando com essa circunstância. Após realizadas as perguntas da Assembléia, foi passada a palavra ao vereador presidente da Comissão de fiscalização e orçamento, vereador Hugo do Canto, o qual cumprimenta os presentes e se diz perplexo, expondo que terá que tomar uma medida drástica pelo fato de se considerar prejudicada a audiência pública, onde diz não haver transparência por parte do poder executivo. Solicita que como representante do poder executivo, os técnicos confirmem terem entregues aos três vereadores para estes fazerem perguntas escritas. Diz que como parlamentar, sua função e dos demais vereadores é fiscalizar e que deseja transparência. Que o representante do executivo esta criando normas na audiência pública, onde diz que não pode um parlamentar ter normas na audiência pública, onde a população irá perguntar e participar, porém, os mesmos que são parlamentares, tem obrigação com a população, e que a constituição os dá o dever e que tem o livre arbítrio de perguntar, que não podem ser censurados pelos representantes do executivo, por se tratar de uma questão de transparência. Onde destaca que irá tomar uma providência, pois já vem solicitando que o relatório seja entregue com no mínimo uma semana de antecedência, para que possam analisá-lo, discuti-lo. Onde solicita que conste em ata que às nove horas e cinquenta minutos da manhã do dia que antecede a audiência, a prefeitura mandou o relatório. Onde diz que mais uma vez estão dificultando o trabalho de fiscalização dos mesmos. Diz estar indo para uma audiência pública que só teve acesso ao relatório somente agora, assim como os outros vereadores. Diz que dentro do parlamento não precisa ter fichas de perguntas para o mesmo, que a população que vai perguntar. Que como presidente da comissão de finança e orçamento precisa saber de tudo, para que quando for analisar os trâmites dos processos, terá a garantia do que está fazendo, pois a população depende da decisão dos mesmos. Diz que a audiência pública é um debate e que os mesmos como parlamentares têm que tirar suas dúvidas, seja elas quais forem. Que é a primeira vez que se têm regras. O vereador faz os seguintes questionamentos? Que dia foi feito o ofício para comunicar a audiência Pública na câmara? O técnico responde que o ofício foi entregue há aproximadamente duas semanas e foi respondido oficialmente pela presidência. O vereador questiona porque o relatório foi enviado no dia anterior? O controlador Geral responde que não houve sessão na Câmara e por este motivo não conseguiram dialogar com os representantes do legislativo. O vereador Hugo disse que estava presente na Câmara e que ninguém o comunicou da presença dos técnicos. O controlador diz que se o vereador não foi comunicado por questão interna, que não pode penalizar os técnicos. Foram iniciadas discussões calorosas

diante do fato mencionado, onde o controlador geral disse aos mesmos que a audiência é para discutir informações técnicas e não políticas. O vereador Lucas solicita a palavra. O controlador solicita que a audiência seja interrompida por três ou cinco minutos para que se acalmem os ânimos. Ao serem retomados os trabalhos, o vereador Hugo pergunta se o controlador como advogado e como técnico seria capaz de receber um documento em um dia para dar parecer no outro? O controlador diz que essa pergunta não diz respeito diretamente ao orçamento. O controlador diz ter cumprido o que manda a lei, que não fez nada de ilegal. Que encaminhou o relatório, os ofícios e estão presentes na audiência pública, que fora apresentado o relatório para todos os presentes que estavam desde o início e o vereador chegou atrasado e que o vereador está querendo fazer um direcionamento e ainda não fez a pergunta sobre o orçamento. O vereador questiona o controlador se como advogado e como técnico recebe uma coisa em um dia para dá parecer no outro? O controlador geral responde que ele analisa. Próxima pergunta do vereador Hugo. O que foi feito de investimento na cidade? O controlador inicia a resposta mencionando que através do quadro demonstrativo dos totais de gastos no item 1.2 no índice de execução da despesa. O vereador solicita informações sobre o que foi gasto na educação e saúde até o momento? O controlador menciona que em detrimento a lei nº 8.666 que diz respeito à obrigatoriedade de licitação e a lei nº 10.520 que fala sobre o pregão, todos os investimentos feitos por qualquer poder executivo dentre as três esferas, tem que ser licitado, onde o executivo esta cumprindo a legislação e esta nas fases de licitação tanto na saúde quanto na educação. O vereador questiona novamente quanto foi gasto na saúde? O Controlador responde que foram gastos R\$ 19.120.70,00 (dezenove milhões cento e vinte mil e setenta reais). O vereador pergunta em que? O vereador pergunta quanto esta sendo usado na folha da saúde? O controlador diz que os gastos com investimentos são feitos pela lei de licitações e menciona que o que foi exposto foram os relatórios técnicos de acordo com a LRF, onde deveriam no exercício de seus poderes, consultarem ao Secretário de saúde, secretário de Educação e Secretário de Fazenda e que o que trazem é o relatório do quadrimestre da Lei de Responsabilidade Fiscal. Onde em respeito aos mesmos irá passar o que esta no relatório orçamentário, passando-se o orçamento que a câmara liberou para o executivo, não sendo uma questão política. O vereador Lucas solicita a palavra e responde que o Secretário de Saúde já se fez presente na Casa Legislativa e que o mesmo como presidente da Comissão de Saúde, realizou uma audiência pública e convidou o Secretário de Saúde para estar presente e fez a mesma pergunta para o referido Secretário e informou ao vereador que no ano de dois mil e dezessete, a casa legislativa aprovou quarenta e dois milhões para a Saúde e houve a prestação de contas de trinta e sete milhões que foram gastos, sendo estes dos quarenta e dois milhões. O vereador destacou

ter verificado dois erros: primeiro que os trinta e sete milhões que a Secretaria disse ter investido, não são observados como investimentos e sim gastos com pessoal, onde só se vê cargos políticos para se eleger os filhos do prefeito. O Controlador esclarece este fato não ser verdadeiro, pois a prefeitura não está gastando dinheiro com eleição de ninguém, sendo esta afirmação inverídica, afirma o Controlador Geral. Diz serem gastos trinta e sete milhões com gastos que ninguém consegue ver. Diz que são dezenove estratégias de saúde da família, onde sete foram pintadas, ressaltando que não são reformas e sim pinturas e que sobraram cinco milhões, onde o mesmo indagou ao Secretário de Saúde. O vereador diz que na sua visão quando se aprova quarenta e dois milhões e são gastos trinta e sete e ele economiza cinco milhões, destaca que esses cinco milhões é considerada uma economia burra, pois poderiam ter salvado algumas vidas no Posto de Saúde. Que o prefeito está querendo fazer caixa. Que em 2018 foi aprovado cinquenta e três ou cinquenta milhões para saúde, não se lembrando no momento do valor exato, e que até agora não viu nada a não ser pintura em Posto de Saúde. As estratégias de saúde da família do município não têm serviços gerais e nem recepcionista, afirmando fazer este serviço o Agente de Saúde, onde este era para estar na rua trabalhando e indo na casa das pessoas e que este mesmo agente, realiza o serviço de recepção e de limpeza em troca de uma folga por semana. Onde o vereador declara ser barganha esta prática, sendo registrada pelo mesmo na Secretaria de Saúde com o Secretário de Saúde na audiência e ter sido protocolado no Ministério Público. O vereador menciona que esta audiência ficará registrada, porque caso dê algum problema futuramente, ninguém poderá falar que a Câmara e os vereadores não avisaram. O vereador Hugo pergunta quanto tem em caixa? O controlador responde que a disponibilidade de caixa bruto no demonstrativo do resultado nominal referente ao artigo 53, inciso terceiro da LRF aponta R\$ 116.861.400,00 (cento e dezesseis milhões oitocentos e sessenta e um mil e quatrocentos), destacando que tais informações constam no relatório que foi encaminhado. Foi respondido ao questionamento do munícipe que o ex presidente do Seroprevi está respondendo a medidas administrativas pelo período de sua gestão. Com a palavra o vereador Anderson Medeiros, que cumprimenta os presentes e faz referência ao relatório da audiência pública que fora protocolado na câmara às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e oito de setembro, ontem, o relatório para a audiência pública para a data de hoje. O Controlador pede ao vereador para se ater as questões técnica e não políticas. O Vereador diz que está se defendendo e que o Controlador Geral o acusou de estar fazendo política. O mesmo diz ter que analisar o relatório em vinte e quatro horas e faz os seguintes questionamentos: Quanto tem no fundo de segurança pública? O que foi utilizado para nossa guarda e qual tem sido o mecanismo utilizado, tendo em vista que o conselho de segurança da cidade não tem participado? O

Controlador geral responde que tais informações são específicas e pormenorizadas e que terá que oficiar para que seja respondida. Que possui em sua mão o relatório de execução fiscal do segundo quadrimestre, onde o mesmo não contempla especificadamente essa pergunta. O vereador responde que partindo desse princípio, que acredita que na próxima audiência estejam presentes todo o secretariado e o prefeito, porque assim não terá como faltar respostas para a população e que não é política, é para não prejudicar o trabalho do mesmo que é fiscalizar e isso ninguém irá impedi-lo de fazer. A próxima pergunta do vereador Anderson é com relação à educação, onde questiona quanto tem se gasto com merenda e manutenção das unidades? O Controlador Fabiano responde que a legislação estabelece um percentual a ser cumprido. O Vereador solicita a informação sobre valores. Em relação a valores foram gastos R\$ 1.091.153,63 (um milhão e noventa e um mil cento e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) constando em relatório encaminhado. O vereador questiona esse gasto ser referente à manutenção ou merenda? O técnico diz ser referente à merenda. Quanto à manutenção, o Controlador responde que a solicitação não consta contemplada no presente relatório por não estar sendo exigido pela LRF e enfatiza que a Lei estabelece os índices e as secretarias, principalmente a de educação e que tem muito cuidado com a aplicação orçamentária e está contemplando todos os índices exigidos pela lei. O vereador diz que irá responder e que na prática o valor da manutenção cobre a despesa com gás de cozinha que é utilizado para fazer a merenda que está sendo servida nas escolas, classificada pelo mesmo como de péssima qualidade, onde diz estar até faltando, mencionando não ser política e sim fazendo o que o mesmo faz que é andar nas unidades. Diz então que os técnicos trabalham com números e ele trabalha com a prática. Que não tem valores da manutenção, onde diz que esta comunicando para o corpo técnico e passa a fala a quem é de direito e diz estar faltando gás nas escolas e que por esses motivos as crianças são dispensadas porque falta gás, dizendo ter dinheiro em caixa e estar faltando gás. Diz que o controlador não tem a obrigação de saber por que faz parte do corpo técnico e o vereador que faz a parte prática, ressaltando que a câmara tem que se posicionar pois já estão a dois anos recebendo as informações a um dia e diz que este fato se dá por não ter ninguém para protocolar, pois o próprio prefeito tem que protocolar o documento. O Controlador geral interrompe e diz que o vereador está fugindo do assunto que são as metas fiscais e que agradece a participação do mesmo. O Controlador da Câmara Sr. Djalma solicita a palavra e diz que pelo fato da Câmara ser uma casa de leis, a casa dos vereadores, que a preferência é sempre dos vereadores. O vereador Lucas solicita a palavra e faz o seguinte questionamento: Se até o presente momento, o que esta sendo aplicado na saúde e educação e se está abaixo do limite permitido? O Controlador diz que constam 87, 45 % de gastos com o Fundeb

de acordo com o que foram aplicados, que são referentes ao magistério, que são R\$ 24.438,50 (vinte e quatro milhões e quatrocentos e trinta e oito mil e cinqüenta), só que foram gastos com recursos próprios na educação o correspondente a 30,19%. Com saúde foram gastos o equivalente a 16,38%, no montante de R\$ 13.475,50 (treze milhões quatrocentos e setenta e cinco mil e cinqüenta), onde os gastos foram relatados até trinta e um de agosto do corrente. O Controlador informa que os detalhamentos da execução não são contemplados nesse quadro. O vereador questiona aos técnicos se os mesmos sabem quantas escolas tem no município. O controlador geral responde que são quarenta e três escolas. O vereador menciona que eram quarenta e cinco, menos duas que o prefeito fechou, totalizando então quarenta e três. O controlador esclarece ao vereador que não foi o prefeito que fechou, onde explica que com a atuação do governo passado com a atuação do Ministério Público, que tem que cumprir o que a justiça manda. O vereador diz não saber dessa questão judicial e que sim ter chegado ao seu conhecimento que o prefeito mandou fechar por ter sido reduzido o número de alunos da E.M. Quintino Bocaiúva e colocado em outra unidade para economizar. O vereador diz que das quarenta e três Unidades Escolares que ele se dirige a todas e que não consegue ver esses quatro milhões investidos em nenhuma das quarenta e três unidades, onde diz ser este o mesmo problema da saúde. Diz que quando tem investimento é em pintura da escola e que a merenda não tem qualidade. Que toda a semana uma das quarenta e três escolas liga para os vereadores denunciando a falta de gás. Relata não conseguir ver os quatro milhões na educação por ser este dinheiro investido em folha, onde afirma serem cargos que fazem a campanha dos filhos do prefeito. O Controlador diz que não sai dinheiro da prefeitura para fazer a campanha de ninguém. O vereador retoma a fala relatando serem na saúde seis estratégias de saúde da família, sendo estas: Posto do km 49, Posto do km 40, Maternidade, Caps e Capsi, Residência terapêutica, Cemes, Clínica de Fisioterapia e a Upa, que funciona como ambulatório. O vereador Hugo solicita que seja enviada a cópia do relatório, onde o Controlador geral diz já ter sido entregue ao corpo técnico da câmara. O vereador solicita que seja enviado também o slide para os vereadores e o relatório para a comissão para que o mesmo possa fazer seu relatório. O Controlador informa que o gasto com pessoal foi de 57,30%. O vereador Hugo solicita a palavra onde menciona a informação sobre o total de gasto estar em 57,30% e o prudencial ser de 54, 4%, relatando querer entender, expondo que até o final do ano dá para adequar e que daqui a pouco terão demissões. O vereador deixa claro que até a presente data encontra-se acima do limite prudencial, onde diz ter 4% em folha, justificando seu questionamento sobre gasto com saúde, onde diz a maioria ser em folha. Diz que para ajustar até o final do ano terá que reduzir e mandar gente embora. O Controlador Djalma solicita a palavra e esclarece que

sobre o índice que a mesma está desde o bimestre passado acima do permitido por lei. A LRF no artigo 23 diz: “Se a despesa total de pessoal do poder ou órgão definido no artigo ultrapassar o limite adequado no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no artigo 22, o percentual excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos 1/3 do primeiro, adotando-se entre outras as providências previstas no artigo 3º e 4º do artigo 169 da Constituição”, destacando que a lei determina que baixe o índice em 1/3, onde este já era para ter sido baixado, expondo também a determinação judicial referente ao ajuste dos professores, e diz que: se tirar o ajuste determinado por lei, à folha continua em 55,85%, ainda acima. Diz que talvez seja o pessoal da cooperativa, ainda desrespeitando a lei, onde diz “parecer” ao analisar o documento de forma rápida, ter um aumento do contrato por prazo determinado só que de quatro milhões e esclarece ao Controlador que sentaram com o Exmº Sr. Prefeito e o Secretário de Fazenda Sr. Nilo e algumas outras pessoas e ficou combinado que seriam entregues os relatórios com pelo menos três dias de antecedência para análise. Que no dia vinte enviou o balanço da câmara (quadro de despesas) e esclarece que em sua rápida análise, verificou os restos a pagar que continuam sendo altos e que durante o governo do mesmo, herdou-se uma herança e que até o presente momento, não se conseguiu demonstrar a saúde financeira, onde foi solicitada uma verificação quanto aos restos a pagar. Diz também que foram zero por cento de investimento na Secretaria de Ordem Pública, enfatizando o mesmo não ser político e sim técnico. Diz não poder falar muito por não ter tido tempo hábil para fazer análise e menciona de que o fato que o deixa alarmado é observar que durante o período eleitoral ter havido um aumento do índice de pessoal. Diz que o Exmº Sr. Prefeito Anabal que é uma pessoa digna e responsável, comparecerá para prestar esclarecimentos ao legislativo. O mesmo desculpa-se pelo fato de terem aumentado os ânimos entre os presentes, isentando o controlador de qualquer culpa, onde as pessoas que deveriam estar, sendo esses os Secretários da Pasta, os quais seriam o Secretariado que não se encontram para dar suporte técnico ao Controlador, onde o mesmo não pode ser penalizado por não ser o Secretário da pasta. Que os relatórios serão estudados pelo presidente da Comissão de finança e orçamento e sua equipe. O vereador questiona sobre a contratação da empresa de varrição. O Controlador Fabiano justifica que a referida contratação foi realizada em data posterior ao relatório do segundo quadrimestre, reportando que o mesmo não tem intuito político, não podendo dizer que está dando emprego em função de política, esclarecendo que tal fala não foi dita pelo controlador Djalma, sendo está somente exposta pelo mesmo no intuito de esclarecer aos presentes. Que tem até o final do

próximo quadrimestre para apresentar respostas. Que fez questão de estar presente na referida audiência porque já teve experiência na representação da sociedade civil e que seus pais e papai do céu o abençoaram por estar ali e que no futuro terá muitos dos presentes também fazendo parte do corpo técnico. Que entende o papel da assembléia, dos vereadores, embora não tenha sido vereador, mas que entende o papel dos mesmos e que respeitosamente tenta estabelecer uma ordem técnica para ficar mais claro, desculpando-se caso tenha sido mal compreendido. O técnico Fernando solicita a palavra e diz que a respeito da terceirização, que a contratação da varrição é uma prestação de serviço e não uma terceirização de mão de obra e que foi efetivada a partir de setembro do corrente, sendo a audiência com os dados até trinta e um de agosto do corrente. O vereador questiona não ser está de cunho político por ter sido contratada em setembro? O vereador Hugo diz ter ocorrido à licitação no dia vinte e três de agosto. O Controlador esclarece que não têm em mãos as informações que o vereador menciona, podendo dizer ao vereador que para a licitação acontecer no dia vinte e três de agosto, ela teve que ser iniciada com antecedência, onde há interstício mínimo que a lei exige, no que faz referência a publicação e a realização e a lei estabelece os atos preparatórios que são atos externos a licitação, antes da publicação, não iniciando no período eleitoral. O Controlador agradece a participação de todos os presentes. O vereador Lucas solicita a palavra e diz querer esclarecer suas perguntas, que tudo que o mesmo fala ele gosta de provar. Que gostaria de esclarecer sua fala referente ao fechamento da E.M. Quintino Bocaiúva, no bairro Santa Alice aonde migraram seus alunos para a E.M. Coletivo Santa Alice e outra parte para a E.E.M. Bananal e a outra escola foi a E.M. Jorge Francisco de Assis no bairro Jardins, afirmando não terem sido fechadas por ordem do Ministério Público e sim por questões políticas, porque inclusive a E.M. Jorge Francisco de Assis, expondo que dona do imóvel não quis participar das práticas ilícitas do prefeito e por isso tiraram a escola de lá, migrando os alunos para a E.M. Panaro Figueira, que é das quarenta e três unidades escolares, a escola com mais alunos no município de Seropédica, enfatizando que os cento e poucos alunos que tinham na Unidade mencionada anteriormente, que estes alunos eram atendidos na escola com mais qualidade, migraram para uma escola que já tem mais de mil e quinhentos alunos, lembrando que o mesmo é professor e estar vereador, onde continua lecionando. Que está dando aula no Bananal às sextas feiras à noite e segunda pela manhã no Roberto Lyra, apesar de estar vereador, dizendo que por ser professor sabe que é muito melhor pegar uma turma

menor do que com cinqüenta ou sessenta alunos, onde diz ser uma covardia o que foi feito com os alunos. Dizendo querer deixar isso registrado e que citou o nome para caso alguém queira pesquisar e com relação a emprego político, diz ter sido sua fala há seis meses atrás, algumas pessoas não concordaram e disse que falou: “Depois da eleição a gente vai ver o descarrego de demissões. Diz que depois das eleições irá mandar um bando de gente de fora ir embora, onde estes estão tirando o emprego dos munícipes. Que o mesmo está vereador no segundo mandato e diz não tem uma pessoa indicada na prefeitura, dizendo não ter “rabo preso”, e diz não compactuar com essa sacanagem. E diz que o que irá acontecer é mandar essas pessoas irem embora e quando chegar ano que vem, irá encher a folha de novo com pessoas do município para garantir a eleição do prefeito. Com relação ao tumulto, finaliza dizendo que é a primeira audiência do atual Controlador Geral, onde já tiveram outras com a presença do Fernando e que isso nunca aconteceu. Destaca que na Câmara os mesmos respeitam, mas também querem ser respeitados. Que na prefeitura o prefeito pode fazer o que ele quiser, que até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte a Câmara foi eleita para fiscalizar e estão fiscalizando. Se a próxima Câmara eleita voltar a trabalhar como se trabalhava antigamente, aceitando tudo que o prefeito faz, é outra história, mas quanto a essa câmara, o mesmo diz ter certeza que não vai aceitar, citando pelo menos uma parte deste parlamento, onde mencionada que o tumulto só ocorreu por este fato. Que não chegou atrasado, mencionando ter chegado às oito horas e trinta minutos, onde avistou o Técnico Fernando na floricultura esperando abrir e que foi entregar um documento para o seu projeto social, o qual atende mais de duzentos alunos do município. Que deixou uma pessoa filmando enquanto o mesmo assistia on-line e que ao ver a maneira que estava sendo conduzida a audiência se assustou e que não pode aceitar que uma pessoa chegue ao seu parlamento e lhe diga como o mesmo tem que trabalhar. Dizendo que o povo entende de política sim e que estão vendo tudo que está acontecendo, que todo mundo faz política, que todo mundo depende da política para sobreviver. Porque quem não gosta de política é governado por quem gosta. Com a palavra o Vereador Anderson que agradece aos presentes e menciona sua colocação ser a mesma da última audiência, onde diz ser inviável para os vereadores participarem de uma audiência pública onde receberam os dados a um dia. Onde diz que se o Controlador estiver na próxima, não ter nada contra, dizendo ser uma prática do governo trocar as pessoas em um curto espaço de tempo, e que se o mesmo estiver, solicita que mande os dados

para o legislativo com antecedência. Dizendo que a colocação do Controlador Djalma ter sido muito bem frisada. Onde diz precisar de um espaço de tempo para sentar com o Controlador Djalma para poder conversar e analisarem os relatórios para verem o que está errado. Dizendo que se tal prática continuar, que a casa legislativa tem que se posicionar contra isso. Que está a dois anos participando das audiências e isso já ser de costume. Que tem que tomar atitudes para que se faça respeitar. Agradece a participação popular, dizendo que o político só teme o povo. Após as considerações finais, o Controlador Fabiano cita em respeito aos presentes, alguns formulários que chegaram a mesa ao longo do debate, sendo o do Sr. Marcelo, onde só consta o nome porém não tem pergunta. O formulário da Senhora Lúcia Aparecida que faz referência ao pessoal que foi exonerado, sendo respondida a mesma pelo Controlador, que tal pergunta não se encontra contemplada no relatório e a pergunta do Sr. Thiago fazendo referência a gastos de pessoal das Secretarias onde a mesma já foi tratada. As questões poderão ser mais bem esclarecidas no portal de transparência por que são publicadas e detalhadas. O Controlador agradece a presença de todos. A referida audiência foi encerrada às dez horas e dezenove minutos. Eu, Viviane Ribeiro dos Santos lavrei a presente ata e a subscrevo _____.